

Apresentação

Muitos foram os motivos que nos levaram a propor o dossiê *Cadernos AEL* n. 30 — 90 Anos do Partido Comunista do Brasil (PCB). Assim como outras instituições, reconhecemos a relevância para a história política brasileira, particularmente para a história da esquerda, do partido que se constituiu e atuou ao longo de quase todo século XX, completando no ano 2012, 90 anos de existência. Nossa intenção primeira foi contribuir com as reflexões ocorridas à época, e especialmente trazer à tona os sujeitos múltiplos e singulares, filiados ao partido e que muitas vezes em pequenos grupos, ou até anonimamente, ajudaram a construir a história do PCB.

O tema nos atrai: entendemos que a história do PCB é parte importante da história do Brasil republicano e, conseqüentemente, da história do movimento operário, do sindicalismo, do trabalho, da esquerda, da questão agrária, da justiça e dos direitos humanos, temas germinais e centrais na constituição dos fundos e coleções depositados no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) e nos textos que compõem este número da *Cadernos AEL*.

Elegemos quatro artigos que tratam dos 90 anos do PCB. Em “‘Chega de formar fazendas para os outros, para depois receber despejo’: trabalhadores e experiência comunista no interior de São Paulo (1946-1954)”, Vagner José Moreira focaliza as narrativas de militantes comunistas, em periódicos de época, sobre o Levante Comunista de 1949, ocorrido em Fernandópolis, São Paulo. O autor questiona a construção da memória hegemônica sobre as experiências dos trabalhadores, que reduziu os movimentos sociais de luta pela terra e por direitos trabalhistas no campo ao comunismo, embora constata que muitos trabalhadores desta localidade estavam próximos ou militavam no PCB na década de 1940 e 1950. A argumentação elaborada no artigo mostra que os movimentos sociais dos trabalhadores que ocorreram naqueles tempos podem ser descritos e interpretados

como levantes de trabalhadores na luta por direitos e contra as relações sociais de exploração a que estavam submetidos, e somente em alguns momentos, como movimentos de luta pela terra. Convidamos o leitor a conferir esta experiência comunista no interior de São Paulo.

O tema tratado no artigo que abre o dossiê é retomado em “‘Moscouzinhos’ no Brasil: a militância do PCB na pequena cidade”, de Felipe Augusto dos Santos Ribeiro. Entretanto, agora a atenção se volta para a experiência do PCB em Magé, no estado do Rio de Janeiro. Ribeiro propõe estudar o comunismo para além da cúpula pecebista, bem como o esforço do PCB, pós-II Guerra Mundial, para se posicionar no cenário político brasileiro. Por um lado, aponta o crescimento estrondoso do partido: o quarto maior do país em número de filiados no ano de 1946, contando com um número significativo de vereadores, deputados federais e senadores no exercício da função por todo o Brasil. Por outro, destaca o peso da ilegalidade, da clandestinidade e a luta pela visibilidade pública como elementos constituintes da história do partido. Esses dois momentos “aparecem” na memória dos “comunistas” de Magé como algo conflitivo: ao mesmo tempo em que associam o uso da palavra comunista a algo errado, ilegal, clandestino, por outro lado aceitam a alcunha, de bom grado, e expressam sentimento de orgulho por terem participado da luta por melhores condições de trabalho e vida.

Julia Monnerat Barbosa, Marcelo Badaró Mattos e Marisa Mello se debruçam em seu artigo — “Memórias da prisão política sob o regime Vargas” — sobre relatos de presos políticos e a experiência do cárcere no primeiro governo Vargas. Mostram que no contexto de forte repressão de Estado, marcada pela tortura, péssimas condições de higiene e alimentação, estar preso e sofrer as atribulações decorrentes da restrição à liberdade eram tarefas atinentes à própria militância. A prisão seria um momento de formação política e fortalecimento das convicções comunistas, configurando parte da experiência e vivência de militantes que se engajaram no PCB via Aliança Nacional Libertadora (ANL). Por meio das memórias de militantes comunistas podemos constatar a diversidade dos registros memorialísticos, porém os autores focalizam os aspectos comuns às narrativas elaboradas por escritores não profissionais, confrontando-as com escritos

literários sobre o mesmo tema produzidos por Graciliano Ramos e Jorge Amado. O texto nos convida a pensar sobre o lugar e a permanência das práticas de tortura em regimes autoritários quanto nos autoproclamados democráticos.

Carlos Zacarias de Sena Júnior, no artigo intitulado “Ação Cultural, Antifascismo e União Nacional na Revista *Seiva* (1938-1943)”, analisa a atuação da revista baiana enquanto instrumento de ação cultural e de luta política a serviço do antifascismo e da União Nacional no Brasil. Mostra que, em seus cinco anos de publicação, a revista foi adaptando-se aos acontecimentos nacionais e internacionais. Nos números iniciais (a primeira fase, segundo o autor), os artigos publicados pela revista não entravam diretamente no debate político, evitando confronto com o Estado Novo de Vargas em nome da União Nacional. Quando passou a defender a entrada do país na guerra, ao lado das potências aliadas, e dar publicidade aos movimentos de massas, que renasciam em meio à ditadura do Estado Novo, a *Seiva* teve suas portas cerradas pelo governo getulista. Para Sena Júnior, a publicação de uma entrevista do general Manoel Rabelo, presidente da Sociedade Amigos da América (SAA), criticando o governo por suas posturas fascistas, no último número da *Seiva*, demonstra que os comunistas brasileiros “descuidaram da vigilância”.

A *Cadernos AEL* n. 30 publica ainda dois artigos: um de Sueann Caulfield, intitulado “O direito ao nome do pai: uma perspectiva histórica sobre os esforços do Estado para combater o estigma da filiação ilegítima no Brasil”, e outro de John D. French que tem por título “Como os não tão fracos prevalecem: a demanda no mercado de trabalho industrial e os contornos da militância na São Paulo de meados do século XX, Brasil”. Caulfield e French são colaboradores do AEL, participaram como palestrantes no Seminário Internacional Arquivo Edgard Leuenroth: História e Pesquisa, realizado em maio de 2010 por ocasião da comemoração dos 35 anos de existência do Arquivo. Na ocasião, publicamos uma edição comemorativa da *Cadernos AEL: Trabalho e Política*, reunindo alguns textos apresentados no Seminário. Os artigos de John French e Sueann Caulfield publicados nesta edição foram selecionados naquela ocasião. A publicação nesta edição, que nos redime de uma dívida, justifica-

se pela apresentação ao leitor brasileiro de duas importantes contribuições para a história dos direitos sociais e do trabalho no Brasil. Vale ressaltar que tanto o texto de Caulfield como de French foram publicados, anteriormente, nas revistas *Law and History Review*, v. 30, n. 1, fev. 2012 e na *Hispanic American Historical Review* 90:1, 2010, respectivamente.

O artigo de autoria de Caulfield apresenta resultados de uma investigação sobre o projeto Paternidade Responsável, implementado pelos ministérios públicos e instituições estatais, a partir da década passada, em vários estados brasileiros. A autora frisa que, embora o objetivo primeiro dos programas seja livrar as crianças do estigma social de não serem reconhecidas pelo pai, protegendo, assim, seus direitos constitucionais à igualdade e à dignidade da pessoa humana, os programas analisados, especificamente o da Bahia e do Distrito Federal, podem levar involuntariamente a reforçar estereótipos relacionados aos papéis de gênero e paternidade, bem como o estigma social e a humilhação do nascimento ilegítimo. Conclui que medidas padronizadas, impostas pelo Estado a uma multiplicidade de situações familiares é resultado lógico, entre outros, do discurso legal e ideológico do programa, aliado à longa tradição brasileira do paternalismo de Estado.

French privilegia a história oral como fonte de investigação para compreender a liderança de Marcos Andreotti como organizador da militância comunista no ABC paulista, tendo como pano de fundo os processos sociais e históricos mais amplos. Ao traçar a gênese do sentimento de poder pessoal que serviu de base à militância de Andreotti, este artigo sugere que a inserção de um indivíduo no mercado de trabalho pode ter um impacto igualmente profundo nas relações de trabalho e na militância continuada, moldando de forma decisiva sua política de organização do chão de fábrica. O autor nos convida a pensar as continuidades inesperadas entre a era de Andreotti, anterior a 1964, e o mundo do "Novo Sindicalismo" do final dos anos 1970, iniciado no ABC sob a liderança do ex-presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva. Aponta ainda uma promissora linha de pesquisa: a liderança dos trabalhadores qualificados, o que inclui Lula, que foi formado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), agência criada pelos empregadores na década de 1940.

Publicamos ainda nesta edição um encarte fotográfico inspirado no dossiê 90 anos do PCB, elaborado com imagens selecionadas por Marina Rebelo e Marilza da Silva, funcionárias do AEL, em vários fundos e coleções do AEL. A produção do encarte, sugerida e iniciada por Alvaro Bianchi, contou com a valiosa contribuição de Claudio Henrique de Moraes Batalha, professor do IFCH/UNICAMP, diretor acadêmico do AEL entre 1989 e 1993 e atualmente membro da Comissão Editorial da *Cadernos AEL*, para seleção final das imagens. Batalha ainda nos presenteou com fotos de uma das visitas de Prestes ao AEL, em 1987, e a chegada de Gregório Bezerra do exílio em 1979, imagens clicadas por ele e incorporadas ao acervo do AEL.

Por fim agradecemos a generosidade e paciência dos autores que respeitaram o tempo de elaboração desta revista. Agradecemos ainda ao Programa de Pós-Graduação em História/IFCH pelo apoio financeiro para a tradução do texto de French e à direção do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas pela impressão da revista.

Lucilene Reginaldo

Silvia Rosana Modena Martini